

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA

CONTROLES INTERNOS NECESSARIOS PARA ATENDIMENTO A
SOX NO PROCESSO DE CONTAS A PAGAR.

PEDRO IVO LEITE DE SOUZA

Belo Horizonte
2014

Pedro Ivo Leite de Souza

CONTROLES INTERNOS NECESSARIOS PARA ATENDIMENTO A SOX NO PROCESSO DE CONTAS A PAGAR

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Auditoria do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial a obtenção do Título de Especialista em Auditoria.

Orientadora: Professora Laura Edith Taboada Pinheiro

Belo Horizonte

Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas

Monografia de Especialização intitulada "Controles internos necessários para atendimento a SOX no processo de Contas a Pagar", de autoria de Pedro Ivo Leite de Souza, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Laura Edith Taboada Pinheiro – Orientadora
Dpto. de Ciências Contábeis da FACE/UFMG

Prof. Carlos Mauricio Vieira
Dpto. de Ciências Contábeis da FACE/UFMG

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2014

LISTA DE SIGLAS

SOX – Sarbanes Oxley

COSO - Comitê de Organização Patrocinadora

AICPA - Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados

A.A.A - Associação Americana de Contabilidade

IIA – Instituto dos Auditores Internos

FEI - Instituto de Executivos Financeiros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo COSO para a Gestão Empresarial do Risco (versão Brasileira)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 1.1 Problema da pesquisa..... | 6 |
| 1.2 Objetivo Geral..... | 7 |
| 1.3 Objetivos Específicos..... | 7 |
| 1.4 Justificativa..... | 7 |
| 2. REVISÃO DA LITERATURA | 8 |
| 2.1 Controle Interno | 8 |
| 2.2 A Lei SOX | 9 |
| 2.3 Metodologia COSO | 13 |
| 3. METODOLOGIA DE PESQUISA..... | 18 |
| 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 19 |
| 4.1 Contextualização da empresa Pesquisada | 19 |
| 4.2 Mapeamento e Análise dos riscos SOX | 19 |
| 4.3 Desenho do processo de contas a pagar – fluxograma e narrativa do processo | 22 |
| 4.4 Mapeamento dos controles | 21 |
| 4.5 Teste de desenho dos controles mapeados..... | 23 |
| 4.6 Teste de efetividade dos controles mapeados | 26 |
| 4.7 Avaliação da Auditoria Externa dos controles SOX | 27 |
| 5. 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 29 |
| 6. REFERENCIAS | 30 |
| 7. ANEXOS..... | 32 |

1. Introdução

Muitas empresas multinacionais de grande porte (S.A.) optam por listar no mercado financeiro suas ações na Bolsa de valores Americana, com a finalidade de conseguir obter maiores resultados devido a estabilidade financeira e forte potencia de mercado do país.

Estas empresas tem como obrigação divulgar frequentemente sua situação patrimonial e de resultado através dos números contábeis (publicação do Balanço Patrimonial e outras demonstrações contábeis), além de apresentar o parecer da auditoria independente sobre estas publicações.

Sabe-se de fato, que alguns profissionais que compõem a Administração da empresa optam por mascarar os reais resultados que a empresa possui, com a finalidade de atrair uma maior quantidade de investidores.

Por motivos de grandes escândalos financeiros corporativos, dentre eles a empresa *Enron*, que o Senador Americano *Paul Sarbanes* e o deputado *Michael Oxley* propuzeram a Lei SOX em 30 de julho de 2002 que tem como principal objetivo garantir a criação de mecanismos de auditoria e segurança dos números contábeis nas empresas, incluindo ainda regras para criação de comitês encarregados de supervisionar suas atividades e operações, de modo a mitigar riscos e evitar ocorrência de fraudes, passando a responsabilizar a Administração criminalmente perante a transparência das informações divulgadas aos investidores.

Um dos principais mecanismos para garantir uma boa segurança das informações contábeis a serem divulgadas é adotar fortes níveis de controles internos que abrangem as operações da empresa.

1.1 Problema

Existem algumas empresas no Brasil, que possuem suas ações listadas na Bolsa de valores Americana. Desde 2003, estas empresas passaram a ter que atender a Lei SOX, a qual exige que existam alguns controles básicos de todos processos internos para garantir de forma clara e objetiva a segurança das informações contábeis a serem publicadas. Desta forma, o presente trabalho apresenta a seguinte problemática: quais podem ser os modelos de controles internos do processo de contas a pagar necessários para que uma empresa brasileira listada na bolsa americana atenda à SOX?

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar quais são os pontos de controles internos dentro do processo de contas a pagar que servem de modelo para atendimento a SOX, por parte de uma empresa brasileira que se propõe a ter suas ações listadas na Bolsa de Valores Americana.

1.3 Objetivos Específicos

O presente trabalho apresenta como objetivos específicos:

- Descrever quais os passos para mapear os riscos e controles SOX no processo de contas a pagar, utilizados pela auditoria interna de uma empresa brasileira do ramo industrial.
- Analisar junto a uma empresa de auditoria independente, quais os critérios utilizados para validar os controles mapeados e certificar que a empresa atendeu à Legislação SOX.

1.4 Justificativa

O presente trabalho tem como justificativa a contribuição de estudos sobre o mapeamento e modelos de descrição de controles internos que atendam a SOX, tomando como base uma empresa brasileira do ramo Industrial, pois sabe-se que este tema ainda é pouco discutido e divulgado na literatura brasileira e pode ser útil aos estudantes de contabilidade e áreas afins.

2. Revisão da Literatura

2.1 Controle Interno

Para começar a abordar sobre os passos fundamentais no mapeamento de controles internos de forma à atender os requisitos exigidos pela SOX, temos como primeiro passo o entendimento sobre o que é e qual a importância de controles internos dentro de uma organização.

“O controle interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos.” (Attie 2006, p. 112).

Para Almeida (2012, p. 57), O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

O COSO - Comitê de Organização Patrocinadora (Comittee of Sponsoring Organizations – Treadway Commission), sigla em inglês COSO, representa um grupo de entidades profissionais americanas entre elas: O Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) e Associação Americana de Contabilidade (A.A.A.), o instituto de Auditores Internos (IIA) e Instituto de Executivos Financeiros (FEI) define que:

Controles internos é um conjunto de processos operados pelo conselho de administração, pela administração em si, e por auditores e gestores, que são desenhados para fornecer segurança razoável quanto a confiabilidade de informações financeiras, cumprimento as leis e regulamentos aplicáveis a eficácia e eficiência de operações.

Araújo (1998, p. 43) aborda que o Controle Interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas adotados pela

empresa para salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e principalmente no contexto da SOX para encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela administração da Companhia.

Todas estas abordagens sobre o conceito de controle interno são instrumentos importantes para o entendimento do auditor, tanto interno quanto externo na avaliação do ambiente de controle das empresas a serem certificadas como SOX, pois esclarece qual a principal função dos controles internos para qualquer mapeamento ou futuros testes a serem realizados para atendimento a SOX.

Desta forma, pode-se inferir que a função dos controles internos, abrange os procedimentos, métodos e políticas definidos pela alta administração e aplicados pelos colaboradores, para garantir uma razoável certeza quanto ao atingimento dos objetivos da organização, a confiabilidade dos reportes financeiros e contábeis, a eficácia e eficiência das operações e o *Compliance* às leis e regulamentos a que a empresa está sujeita.

2.2 A Lei SOX

Foi divulgado em diversos meios de comunicação em 2002, que os escândalos envolvendo fraudes contábeis em empresas norte-americanas ocasionaram a perda da confiança dos investidores nos administradores das empresas e nas informações por elas divulgadas. Desta maneira, os Estados Unidos publicaram a Lei Sarbanes-Oxley, com o objetivo de proteger os investidores através da melhoria da confiabilidade das demonstrações financeiras ao mercado de ações. Por esta lei, é atribuída à Alta Administração a responsabilidade por conhecer as informações relevantes divulgadas ao mercado e pela qualidade e veracidade dessas informações.

Segundo Euzébio Angelotti, Fernando Aguirre e Nestor Garcia (2006), foi proposta em 30 de julho de 2002, pelos senadores Paul Sarbanes e Michael Oxley, a lei Sarbanes Oxley também conhecida por Sarbox ou SOX foi criada com o objetivo de

recuperar a confiança do público em geral no conturbado período por que passava o mercado de capitais norte - americano, devido a uma série de escândalos corporativos ocorridos com grandes empresas no início deste século.

“Lei SOX busca a eficiência das informações no mercado de capitais, já que os investidores utilizam estas informações para avaliar o melhor direcionamento referente ao investimento, assim o investidor terá condições de avaliar o risco que estará correndo e qual a sua chance de retorno” (Borgerth 2007).

Ao efetuar o estudo e interpretação da Lei SOX, a KPMG (2004) relata que;

A Seção 404 determina a avaliação da administração sobre os controles internos. O relatório de controles internos deve afirmar a responsabilidade dos administradores por estabelecer e manter uma estrutura e procedimentos de controles internos adequados para os relatórios financeiros. O documento deve conter também uma avaliação da efetividade dessa estrutura de controles. Ao estabelecer punições para os administradores, em caso de conduta em desacordo com as determinações legais, a Lei Sarbanes-Oxley atua como importante mecanismo de controle e limitação à livre atuação dos agentes. Obviamente, há custos envolvidos no cumprimento da lei, mas espera-se que os benefícios para os proprietários superem a redução de riqueza ocorrida para adequação e manutenção de uma estrutura de controles internos que suporte as exigências legais.

Do mesmo modo, Zhang e Pany (2008) informam que os relatórios de controles internos não resultam somente em melhorias para as empresas, pois eles podem fornecer aos usuários das demonstrações financeiras alertas sobre problemas potenciais resultantes de controles frágeis, ou atentá-los para a possibilidade de revisão de informações em demonstrações já divulgadas.

Na medida em que a SOX resultou na divulgação de numerosas deficiências de controle interno, alguns autores abordam que o custo de aderência à lei tem sido amplamente questionado pela Administração de algumas empresas.

O investidor no Brasil vem se tornando cada vez mais exigente com níveis de detalhes e qualidade. Mesmo com as diferenças existentes entre os níveis de práticas de boa governança entre Brasil e Estados Unidos, é possível notar uma tendência de similaridades. No mercado americano as práticas de boa

governança são obrigatórias, tornaram-se leis, no Brasil às regras de governança da Ibovespa são optativas, por esse motivo dificilmente teremos uma SOX na versão brasileira, porém no mercado exigente em que as organizações se encontram hoje, empresas que não obtiverem padrões rígidos em suas práticas de governança corporativa dificilmente conseguirão se manter no mercado (KPMG,2007).

Para implementação da Lei SOX em qualquer empresa brasileira, é necessário e recomendado, que sejam adotadas boas práticas de governança corporativa, para obter confiança por parte de todos os envolvidos na corporação, principalmente para os investidores, que vêem nessas boas práticas um diferencial para tomar decisões de um possível investimento na mesma.

Conforme estudos feitos por alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Garcia 2005), o termo governança corporativa foi criado no início da década de 1990 nos países desenvolvidos, mais especificamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, para definir as regras que regem o relacionamento dentro de uma companhia dos interesses de acionistas controladores, acionistas minoritários e administradores.

Baseado nesta linha de raciocínio, Carvalho (2002) dissertou em seu artigo que:

De maneira bastante genérica, governança corporativa (ou governança empresarial) pode ser descrita como os mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro de uma empresa. Governança corporativa é um conjunto de regras que visam minimizar os problemas de agência. (Carvalho 2002, p.19)

Estes mecanismos foram desenvolvidos, desta maneira, para assegurar que todos os gestores de uma grande empresa (em especial as de capital aberto) tenham total responsabilidade Civil e Empresarial sobre as ocorrências dentro da organização.

La Porta et al. (2000) define: "governança corporativa é o conjunto de mecanismos que protegem os investidores externos da expropriação pelos internos (gestores e acionistas controladores)".

No ambiente Brasileiro, a governança corporativa começou a aparecer sobre reflexos da empregabilidade nas empresas que possuíam capital em empresas estrangeiras. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) abordou que:

Governança Corporativa é o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa Governança assegura aos sócios equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (accountability) e obediência às leis do país (compliance). No passado recente, nas empresas privadas e familiares, os acionistas eram gestores, confundindo em sua pessoa propriedade e gestão. Com a profissionalização, a privatização, a globalização e o afastamento das famílias, a Governança Corporativa colocou o Conselho entre a Propriedade e a Gestão.

Esta visão de responsabilidade dentro da Governança Corporativa também pode ser citada por Jensen (2001, p.21) que "conceder o controle a qualquer outro grupo que não aos acionistas seria o equivalente a permitir que este grupo jogasse poker com o dinheiro dos outros, criando ineficiências que levariam à possibilidade de fracasso da corporação".

Todos esses conceitos e abordagens da governança corporativa e ambiente de controle são assuntos bastante recorrentes para avaliar uma importante metodologia para determinação dos riscos e controles presentes nas companhias: o COSO.

2.2 METODOLOGIA COSO

Uma das metodologias mais utilizadas nas grandes empresas, principalmente para aquelas em que precisam ter certificação dos controles internos pela SOX é o COSO, desenvolvida por um importante Comitê Americano e um grupo de empresas de auditorias independentes.

Há mais de uma década, o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) publicou a obra Internal Control – Integrated Framework para ajudar empresas e outras organizações a avaliar e aperfeiçoar seus sistemas de controle interno. Desde então, a referida estrutura foi incorporada em políticas, normas e regulamentos adotados por milhares de organizações para controlar melhor suas atividades visando o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

De acordo com o grupo de auditores independentes PRICE WATERHOUSE COOPERS (2007), O período de desenvolvimento dessa estrutura foi marcado por uma série de escândalos e quebras de negócios de grande repercussão, que gerou prejuízos de grande monta a investidores, empregados e outras partes interessadas. Na esteira desses eventos, vieram solicitações de melhoria dos processos de governança corporativa e gerenciamento de riscos, por meio de novas leis, regulamentos e de padrões a serem seguidos. A necessidade de uma estrutura de gerenciamento de riscos corporativos, capaz de fornecer os princípios e conceitos fundamentais, com uma linguagem comum, direcionamento e orientação claros, tornou-se ainda mais necessária.

No entendimento de Rego e Bruni (2009 apud ELIAS, 2010, p. 40), o método COSO pode ser definido como “um sistema de avaliação dos controles internos que possui relação direta com os riscos empresariais, já que os controles a serem avaliados devem minimizar os riscos”.

Esta relação da metodologia COSO com a Gestão de Risco empresarial também é chamada por diversos autores de ERM – Enterprise Risk Management e utilizada pelos Controles internos como essência no rumo de desenho de controle, e sobre quais as áreas em que se precisa ter maiores controles que mitigarão os riscos.

O modelo ERM – Enterprise Risk management preservou a estrutura integrada e os elementos previstos no COSO Report, acrescentando-lhe outros componentes. Segundo Zanette et al. (2008, p. 13), este novo modelo “amplia os controles no foco da gerência de risco; com esta nova ferramenta as companhias puderam decidir na escolha da satisfação de suas necessidades internas de controle e aperfeiçoamento dos métodos gerenciais no alcance de seus objetivos”.

Este modelo é representado pela seguinte figura que compõe todos os pilares do COSO:



Figura 1: Modelo COSO para a Gestão Empresarial do Risco (versão brasileira)

Fonte: www.delloite.com

A maioria dos auditores das grandes empresas brasileiras, que possuem ação na Bolsa Americana de Valores utilizam do COSO como principal metodologia de controles internos e Gerenciamento de riscos para atendimento a Legislação SOX.

Sabe-se que a avaliação do ambiente de controle, é um dos pontos de alta importância em uma auditoria em qualquer ramo empresarial, seja ela para

certificação de SOX ou como um dos passos no programa de trabalho de auditoria externa.

Outra definição de ambiente de controle consiste em:

...ações de acatamento das políticas definidas, na aplicação de procedimentos estabelecidos e no uso dos sistemas de informação e outros instrumentos instituídos. Propicia o clima no qual os empregados desempenham suas atividades e assumem a responsabilidade pelo exercício do controle. Peleias (2002 p.3).

Abordando - se sobre outros conceitos de ambiente de controle tem-se inicialmente a ideia de que, “ambiente de controle é o conjunto de normas, processos e estruturas que fortalece a base para a condução do controle interno por toda organização.” (COSO 2012).

Este componente da estrutura de controles internos apresentado pelo COSO representa a base de todos os demais elementos e influencia diretamente a efetividade do próprio sistema de controles internos.

Segundo Dias (2008, p.49) o Ambiente de Controle “é a consciência de controle da entidade, sua cultura de controle, envolve competência técnica e compromisso ético; é um fator intangível, essencial à efetividade dos controles internos”.

Ainda segundo Dias (2008), essa consciência cultural, perante os controles da entidade também é levada em consideração na hora em que o auditor está avaliando o ambiente de controle da empresa, pois dependendo da rigidez das companhias, referente aos controles o ambiente interno, se torna mais confiável e mais estático em sua avaliação

Segundo a Fundação Brasileira de Seguridade Social (2014) resume-se em conceito de ambiente de controle:

O ambiente de controle deve ser uma situação permanente e contínua, existente em cada uma das áreas da empresa, visando constantemente à redução dos riscos e ao aumento da eficácia dos processos. Isto pode ser conseguido se cada um estiver atento aos elementos que compõem esse ambiente: integridade, ética e competência dos funcionários; definição de responsabilidades; padrões de gerenciamento; organização e alocação de recursos.

Grande parte das empresas no Brasil e no mundo optam por avaliar constantemente o ambiente de controle interno para garantir uma maior segurança interna e para avaliar, de uma maneira previa, todos os pontos de melhoria ou pontos falhos a serem reestruturados, a fim de minimizar os riscos e deixar o ambiente preparado para as possíveis certificações e auditorias da empresa.

Um dos pilares mais importantes da metodologia COSO para atendimento a Lei SOX é a Avaliação dos Riscos. Este pilar, depois da identificação dos principais eventos da empresa é o pilar principal para começar o estudo do ambiente interno para qualquer empresa.

Alguns autores que abordam sobre o tema, como Melo e Claudia Et. al. (2009) retratam que o Conselho de Administração deve assegurar-se de que a Diretoria identifique preventivamente - por meio de sistema de informações adequado - e liste os principais riscos que a sociedade está exposta, sua probabilidade de ocorrência, bem como as medidas e os planos adotados para sua prevenção e minimização.

Muitas empresas, a partir desta ideia, optam em ter um setor exclusivo de Controles Internos para efetuar o Monitoramento dos riscos. Geralmente este setor efetua programas de trabalho que envolvem as fases de planejamento, avaliação do ambiente interno, definição do escopo junto a Alta Administração, construção de controles com a finalidade de mitigar estes riscos, execução de testes e monitoramento e implementação dos possíveis planos de ação.

De acordo com o apetite de risco da empresa, os riscos são aceitos ou mitigados, devendo a auditoria interna verificar se, na prática, os riscos estão sendo geridos de modo alinhado com as definições do apetite de risco corporativo.

Martin, Santos e Dias Filho (2004) observam que enquanto o Conselho de Administração tem o dever e o poder de governança, são outros, os executivos, que têm o dever e o poder de governar, o que gera a necessidade de um sistema de controles que assegure a boa gestão dos recursos corporativos.

Estes e outros conceitos são bem fundamentados nas seções 300 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley criada em 2002 para regulamentar todas as empresas listadas na Bolsa de valores Americana.

3. Metodologia de pesquisa

A pesquisa será um estudo de caso de uma empresa não revelada. A análise dos dados da pesquisa será realizada por meio de entrevistas (perguntas diretas) realizadas com os diretores financeiro, comercial, administrativo, com o responsável pela equipe de auditoria interna e também com o Gerente da equipe de auditores independentes responsáveis por certificar a empresa pesquisada com relação ao ambiente de controle e atendimento à SOX.

Além das entrevistas, as análises a serem apresentadas na pesquisa serão realizadas com observação participante, uma vez que além de autor, faço parte da equipe de auditoria interna da empresa pesquisada, com livre acesso aos documentos (risk assessment, planilha de controles, testes, e relatório da auditoria independente) do estudo.

A pesquisa também será descritiva e qualitativa. Descritiva, pois serão descritos em ordem e em tópicos todos os passos necessários para mapear e desenhar os controles internos SOX no processo de contas a pagar da empresa pesquisada e qualitativa, pois serão realizadas verbalmente, entrevistas com perguntas abertas que servirão de base para análise dos tópicos descritos.

Utilizou-se das respostas e documentos disponibilizados para entender, analisar e desenhar os procedimentos e fluxos utilizados pela empresa e quais os critérios e metodologias adotados para descrição dos riscos e controles que atendem à SOX. Além disso, utilizar-se-á das respostas dos auditores independentes para analisar e entender como ocorreu a certificação desta empresa por parte dos processos de contas a Pagar.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Contextualização da empresa Pesquisada

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como base uma empresa brasileira no ramo industrial – Fabrica Delta S.A - que passou a ter suas ações listadas na Bolsa de Valores Americana no ano de 2013. A Fabrica Delta S.A possui sua planta e seu

polo industrial na região metropolitana de Belo Horizonte. Ela fabrica 3 tipos de peças e 1 tipo de motor para máquinas de Construção Civil de grande porte. Esta empresa já existe há 30 anos no mercado brasileiro e possui mais 2 concorrentes que atuam no mesmo ramo, porém seu diferencial é que ela possui uma carteira fixa de clientes e fornecedores devido a contratos de longo prazo e qualidade nos produtos produzidos.

O conselho de Administração da empresa é composto por 4 diretores, sendo 1 diretor Financeiro, 1 diretor Comercial e 2 diretores Administrativos. A empresa Possui, ainda, uma equipe de 16 auditores internos que foram responsáveis pelo mapeamento e implementação dos controles e riscos para atender as exigências da Legislação SOX na empresa.

4.2 Mapeamento e Análise dos riscos SOX

Baseando-se nas respostas das entrevistas feitas com os Diretores Financeiros, Diretores Administrativos e com o gerente geral de Auditoria Interna da Industria Delta S.A. analisou-se que o primeiro passo realizado pela empresa para começar o mapeamento SOX foi determinar e descrever uma matriz de riscos para todos os processos da empresa, focados em garantir que todas as transações e grupos de contas contábeis relevantes (principalmente as que causam grande impacto patrimonial e de resultado) estejam refletindo a realidade da empresa, apoiadas por aprovações, revisões e documentação suporte.

Foi estabelecido, então, um Comitê contendo todos os membros da alta administração (Diretor Financeiro, Comercial e Administrativo), o Gerente do Departamento Contábil e o gerente do departamento de Auditoria Interna para determinar quais transações e contas deveriam ser avaliadas como importante e foco do escopo de Controle SOX.

Como o foco da pesquisa apresentada está no processo de contas a pagar, todas as perguntas e análises feitas foram direcionadas para este grupo e macro processo.

Com base na primeira resposta dada nas entrevistas, o Comitê efetuou um Benchmarking com outras 5 empresas que atendem a SOX do mesmo setor e adotou como metodologia a descrição de riscos consideradas como “best practice” ou “melhores práticas” dentro do controle de Contas a Pagar.

Foram descritos desta maneira 112 riscos, que pela metodologia COSO envolvem todas as assertivas necessárias para validar que os números contábeis estejam corretos (integridade, existência/ ocorrência, direitos/ obrigações, avaliação/mensuração), **vide anexo 2 – MODELO DE PLANILHA DE RISCOS SOX PURCHASE TO PAY (CONTAS A PAGAR).**

Após análise da planilha de riscos descritos para o processo de contas a pagar, observou-se que a equipe de auditoria interna dividiu o processo de contas a pagar em 3 sub-processos:

- Materiais Diretos
- Materiais Indiretos e Serviços
- Transporte e Logística

Em resposta a entrevista realizada, essa subdivisão foi adotada para facilitar a identificação das principais transações, ou em inglês MCOT - *Major Class of Transactions*. Estas três transações dentro do processo de contas a pagar foram definidas como as mais importantes para que se tenha controles que mitiguem todos os riscos envolvidos.

Fazendo uma analogia dos riscos descritos e conforme resposta dos auditores internos a entrevista realizada, tem-se os seguintes pontos:

- Foram mapeados riscos focados no cadastro de fornecedores (inclusões/mudanças/contratos), pois esta parte do processo é vulnerável a erros e fraudes que podem causar grandes impactos financeiros à empresa;
- Foram mapeados riscos focados nas autorizações para compras, seleção de fornecedores exclusivos, negociações e ordem de serviços, pois isso garante uma revisão do processo de compras como um todo, além de garantir uma confiabilidade na integridade do processo.
- Foram mapeados riscos que envolvem a segregação de função dentro das atividades e sistemas que envolvem o processo de contas a pagar, com a finalidade de minimizar os riscos de fraudes e erros no processo.
- Foram mapeados riscos que envolvem o registros e pagamentos das notas, pois parte do processo foi recentemente automatizado, porém boa parte do processo continua sendo manual e passível de falha humana na execução da atividade.
- Foram mapeados riscos focados na contabilização final e dos lançamentos manuais de ajustes nas contas que envolvem o ciclo passivo, pois esta parte do processo necessita de maior nível de revisão estratégica para garantir a integridade e revisão das informações inseridas nos números contábeis.

4.3 Desenho do processo de contas a pagar – fluxograma e narrativa do processo

A equipe de auditoria interna da Fábrica Delta S/A. com a finalidade de ampliar a visão do processo de contas a pagar, adotou como um dos importantes passos no mapeamento dos controles SOX, a descrição em documentação formal da narrativa e fluxograma do processo. Após análise e críticas quanto a esta etapa do mapeamento, tem-se que esta etapa é importante para:

- Descrever de forma clara e detalhada o processo de contas a pagar da Fábrica Delta do início ao fim, com apontamento de todos os procedimentos envolvidos em cada fase do processo;
- Apontar quem são os responsáveis por cada etapa do processo;
- Identificar quais as partes do processo são manuais e quais são automáticas, além de identificar quais sistemas envolvem cada parte;
- Apontar como as informações são integradas do início ao fim do processo;
- Identificar todos os riscos mapeados dentro do mapeamento das atividades para verificar a possibilidade de algum risco não ser aplicado ou não ser coberto.

Em resposta à entrevista realizada com a equipe de auditoria interna sobre esta etapa do mapeamento, tem-se que foi nesta fase que se pôde identificar os principais pontos de controle e primeiros sinais de falha nas atividades e onde melhor se pode alocar e avaliar os riscos desenhados para atendimento à SOX. No caso da Indústria Delta S.A. se pôde avaliar que muitos dos processos ocorrem de maneira manual e não integrado, facilitando a ocorrência de erros que podem refletir na segurança dos números contábeis.

4.4 Mapeamento dos controles.

Após visão geral do processo de contas a pagar, com a consolidação de todas as atividades normas e procedimentos que envolvem a área, a próxima etapa é conectar todo mapeamento realizado (fluxograma e narrativa) com os riscos desenhados para o processo. Esta conexão é feita através do mapeamento dos controles que cubram 100% dos riscos.

Foram mapeados pela equipe de Auditoria Interna, juntos aos gestores do processo de contas a pagar, 75 controles que mitigam 100% dos riscos mapeados para o processo (anexo 3 – modelo de controles SOX Delta S.A.).

Em resposta à entrevista feita com a equipe de auditoria interna e analisando a maneira em que os controles foram desenhados, foram levantados as seguintes observações:

- Todos os controles contém somente um responsável pela execução e respondem em sua descrição de forma clara e objetiva ao chamado “5 w” – *why, who, what, when, how* ou em português: porque, quem, o que, quando e como).
- Os controles atendem de maneira geral a todas as assertivas que englobam os riscos desenhados no processo;
- Os controles são realizados e classificados com as frequências: sob demanda, anual, semestral, trimestral, mensal, quinzenal, diária e mais que diária. Essas classificações foram determinadas em relação ao volume que a atividade que cobre o risco acontece.
- Observamos que um controle pode cobrir mais de um risco desenhado.
- Os controles do processo de contas a pagar foram descritos de modo a cobrir todas as contas patrimoniais e de resultado do ciclo passivo.

Depois que todos os controles foram desenhados e aprovados pelos responsáveis do processo, a próxima etapa efetuada pela equipe de auditoria interna da Indústria Delta S.A. foi o chamado teste de desenho dos controles. Esta etapa ocorre com o objetivo de certificar que o modo em que os controles foram descritos está correto de acordo com as atividades e evidências apresentadas.

Os auditores internos, para cada controle apresentado, realizaram uma espécie de “Walkthrough” do qual se pegou uma amostra de cada controle para verificar se todos apresentaram evidências da maneira com que se está escrito.

Em resposta à entrevista realizada com a equipe de auditoria interna da Fábrica Delta S.A. para esta etapa do Mapeamento dos controles SOX pôde-se observar que:

- Dos 75 controles mapeados, 74 apresentaram eficiência no teste de desenho, pois apresentaram correta documentação como evidência do cumprimento dos controles.
- 1 controle mapeado não apresentou evidência suficiente para cumprimento da descrição, e como consequência, a equipe de auditoria interna junto ao responsável pelo controle, apresentou em tempo um plano de ação para cumprimento, ainda que retroativo, do controle desenhado.
- O resultado destes testes foram apresentados para os altos níveis da Administração da empresa, para conhecimento e ajuda no cumprimento do plano de Ação definido.
- O risco do qual o controle que apresentou falha no desenho foi avaliado como “Alto” pela Alta Administração e foram levantados grandes impactos caso o controle apresente falhas futuras nos testes de eficiência.

Avaliamos que esta etapa do mapeamento é de extrema importância, pois de uma maneira antecipada, já se pode avaliar as possíveis falhas e erros no processo, que comprometem de forma singular os números contábeis das demonstrações financeiras.

4.6 Teste de efetividade

O teste de efetividade é a avaliação através de um número maior de amostras se os controles realmente funcionam de forma eficaz e se possuem evidências suficientes que provam se atividades e o ambiente de controle da empresa encontram-se na situação saudável, sem pontos falhos e sem ocorrências que resultem em erros ou fraudes.

A auditoria interna, de maneira totalmente independente, foi responsável por testar 100% dos controles e utilizou da metodologia COSO e do PCOB para realização dos testes. Observou-se na pesquisa, conforme resposta dos auditores internos que:

- A quantidade da amostra selecionada ocorre de acordo com a periodicidade definida no controle: se anual (1 ano), se semestral (1 semestre), se trimestral (1 trimestre), se mensal (2 meses) se quinzenal (4 quinzenas), se diário (15 dias) se mais que diário (25 itens).
- As amostras são totalmente randômicas e documentadas dentro do sistema utilizado pela Auditoria (ACL).
- Todas as evidências coletadas são evidenciadas e descritas de forma clara e objetiva nos papéis de trabalho do auditor e revisado e assinado pelos Responsáveis da Alta Administração.
- Os papéis de trabalho são escritos em inglês, para futuras utilizações e publicações a nível mundial, se preciso.
- Não foram encontrados pontos falhos nos testes que comprometessem os números contábeis de maneira significativa.
- O teste de efetividade serve de base para que a alta Administração relate ao auditor externo sobre sua Avaliação do Ambiente de Controle da Empresa, certificando e se responsabilizando perante os resultados apresentados.

4.7 Validação da Auditoria Externa

A Fábrica Delta S.A. contratou uma empresa multinacional de auditoria independente para testar e emitir um parecer sobre os controles SOX da empresa.

Os auditores independentes utilizaram das regras do PCAOB para determinar a quantidade e quais os controles serão testados para emitir a carta de certificação/parecer de que a empresa está qualificada e apta a atender a legislação SOX.

Em resposta às entrevistas realizadas com o Gerente da equipe de auditoria independente responsável por certificar a Fábrica Delta S.A. na SOX, tem-se que:

- Foram selecionados 35 controles para serem testados, que representam as principais transações e operações da empresa para teste de efetividade com base na avaliação dos riscos de negócio, operacionais e estratégicos da empresa;
- Todos os resultados dos testes realizados pela auditoria independente foram repassados com os responsáveis das atividades, além de serem arquivados e aprovados pela Alta Administração da Fábrica Delta S.A.
- Foram levantados 3 pontos de melhoria pela equipe de auditoria independente, porém que não interferiram no resultado positivo quanto a certificação.
- A certificação foi formalizada através de relatório oficial, assinada pelo Sócio da empresa de Auditoria independente e pelos responsáveis da Alta Administração da empresa e publicada para conhecimento dos acionistas da empresa na Bolsa de Valores Americana.
- Esta carta

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas todas as etapas do mapeamento dos controles SOX assim como a validação por parte da empresa de auditoria independente na Fábrica Delta S.A. e verificamos que todos os objetivos propostos foram cumpridos.

As entrevistas realizadas com a alta Administração da Fábrica Delta S.A. serviram de base para analisar como podem ser descritos e avaliados os riscos de um processo (contas a pagar) para atendimento à SOX.

As entrevistas realizadas com o responsável pela equipe de auditores internos da Fábrica Delta S.A. serviram de base para análise de como são feitas e quais as metodologias podem ser adotadas para validar os riscos descritos e escrever o processo em forma de narrativas, fluxogramas e descrição de controles que cubram 100% dos riscos propostos. Também foi esclarecido como são feitos os testes para verificar o desenho e a eficiência dos controles mapeados.

Tem-se como ponto importante na pesquisa que a auditoria independente foi responsável por validar os controles que julgaram como importantes e que envolvem as principais transações que a Fábrica possui. Após validação, os auditores independentes certificaram a Fábrica Delta S.A. através de documento oficial que foi enviado a Administração dos operadores da Bolsa de Valores Americana.

Obteve-se desta maneira, todos os passos para mapeamento e validação dos controles necessários para atendimento a Legislação Americana SOX através do estudo de caso não revelado da Indústria Delta S/A, que também podem ser encontrados, de maneira geral em materiais de treinamento das auditorias independentes e em artigos e periódicos sobre a lei SOX e Governança Corporativa, publicadas na internet e em outros canais públicos de comunicação global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, **Auditoria: um moderno curso e completo**. 8. ed, São Paulo: Atlas, 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções praticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGELOTTI, Euzébio. VI Seminário Internacional de Gerenciamento de projetos. **Rumo às Próximas Fronteiras**. Disponível em </www.kpmg.com.br. Acesso em 10/04/2008.

ARAÚJO, Francisco José. **A escrituração dos controles internos e a independência da auditoria interna**. Vitoria – ES. COBRAI (Congresso Brasileiro de Auditoria Interna), 1998.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 3 ed. Sao Paulo: Atlas, 2006.

BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **SOX Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley**. 1ª ed. citado por Thomson, 2007.

CARVALHO, Antonio Gledson de. **Governança corporativa no Brasil em perspectiva**. Revista de Administração, São Paulo v.37, n.3, p.19-32, julho/setembro 2002.

COSO - *Comitê de Sponsoring Organizations*. Disponível em <http://www.coso.org>. Acesso em 13/08/2014.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Auditoria de processos organizacionais**, 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008

ELIAS, Zanoni dos Santos. Controles internos em indústria plástica: estudo sobre controles internos com base na metodologia COSO. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.http://www.tede.ufsc.br/teses/PPGC0037-D.pdf>>. Acesso em: 18 agosto de 2014.

FBSS - Fundação Brasileira de Seguridade Social. Disponível em: <http://www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/publica%C3%A7%C3%B5es%20t%C3%A9nicas/Manual%20de%20Controles%20Interno%20e%20Compliance.pdf>. Acesso em 13/08/2014.

GARCIA, Feliz Arthur. **Dissertação sobre Governança Corporativa**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – instituto de economia, 2005 41p.

GIL, Antonio carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em: 15 agosto de 2014.

JENSEN, Michael. **A theory of the firm: governance, residual claims, and organizational forms**. 1. ed. Harvard University Press, 2001. 320p.

KAPLAN, Bonnie e DUCHON, Dennis. **Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study**. *MIS Quarterly*, v. 12, n. 4, p. 571-586, Dec. 1988

KPMG. **2º Estudo Sobre as Melhores Práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos Estados Unidos** - 2007 / Base - Relatório Anual 20-F. Disponível em: <www.kpmg.com.br >. Acesso em 16 de agosto de 2014.

LA PORTA, R. et al. **Corporate ownership around the world**. *Journal of Finance*, v. 54, p. 471-518, 2000

MARTIN, Nilton C; SANTOS, Lílian R; DIAS FILHO, José Maria. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. **Revista Contabilidade e Finanças**. N. 34, jan/abr 2004, p. 7-22.

PETERS, Marcos. **Implantando e gerenciando a Lei Sarbanes Oxley**. 1ªed. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZANETTE, M. A. ; ALBERTON, L. ; NASCIMENTO, C. ; SOUZA, J. V. . Gestão do ambiente interno cooperativista: Um estudo baseado na metodologia COSO.. In: II Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2008, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2008.

ZHANG, Jian; PANY, Kurt. **Current research questions on internal control over financial reporting under Sarbanes-Oxley**, 2008.

Anexo 1 - Entrevistas

Entrevista realizadas com os diretores Financeiro, Comercial, Administrativo, com o responsável pela equipe de Auditores Internos da Fabrica Delta S.A.

1. Qual foi a primeira medida adotada pelo Comitê de Diretores da Fabrica Delta S.A. para avaliar qual a melhor metodologia a ser adotada?
2. Como o Comitê de Diretores da fabrica Delta S.A. determinou quais os riscos são importantes e como estes riscos envolvem as principais transações do processo de Contas a Pagar?
3. Quais são os principais passos para mapeamento dos controles SOX e como ocorre cada passo dentro do processo de contas a pagar?
4. Quais são os requisitos básicos para descrever um controle?

Entrevista realizada com o Auditor Independente (sócio da empresa de auditoria contratada) responsável por certificar a empresa com a SOX.

1. Como ocorre o processo de validação dos controles por parte dos auditores independentes?

Anexo 2

| MODELO DE PLANILHA DE RISCOS SOX - PURCHASE TO PAY (CONTAS A PAGAR) | | | |
|---|---------------------------------------|---|--|
| Risk | Assertion | Risk | Assertion |
| Vendor master file changes / additions are inaccurate (Direct Materials) | Completeness / Existence & Occurrence | Purchase requisitions changes are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations |
| Vendor master file changes / additions are inaccurate (Indirect Goods & Services) | Completeness / Existence & Occurrence | Purchase requisitions changes are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations |
| Vendor master file changes / additions are inaccurate (Transportation & Logistics) | Completeness / Existence & Occurrence | Transportation contracts are not properly authorised (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations |
| Vendor master file changes are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations | Purchase orders are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations |
| Vendor master file changes are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations | Purchase orders are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations |
| Vendor master file changes are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations | Purchase orders are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations |
| Changes to supplier payment terms and conditions are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations | Purchase order changes are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations |
| Changes to supplier payment terms and conditions are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations | Purchase order changes are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations |
| Changes to supplier payment terms and conditions are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations | Purchase contracts are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations |
| Vendor master file is inaccurate (Direct Materials) | Existence & Occurrence | Purchase contracts are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations |
| Vendor master file is inaccurate (Indirect Goods & Services) | Existence & Occurrence | Purchase contracts are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations |
| Vendor master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | Existence & Occurrence | Purchase order price changes are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations |
| Vendor master file is incomplete (Direct Materials) | Completeness | Costs incurred but not yet paid are not properly accrued (Direct Materials) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Vendor master file is incomplete (Indirect Goods & Services) | Completeness | Costs incurred but not yet paid are not properly accrued (Indirect Goods & Services) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Vendor master file is incomplete (Transportation & Logistics) | Completeness | Costs incurred but not yet paid are not properly accrued (Transportation & Logistics) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Services master file is inaccurate (Indirect Goods & Services) | Valuation & Measurement | Goods receipts are inaccurate (Direct Materials) | Valuation & Measurement / Existence & Occurrence |
| Services master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | Valuation & Measurement | Goods receipts are inaccurate (Indirect Goods & Services) | Valuation & Measurement / Existence & Occurrence |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Services master file changes are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations | Accrual is inaccurate (Direct Materials) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Services master file changes are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations | Accrual is inaccurate (Indirect Goods & Services) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Purchase requisitions are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations | Accrual is inaccurate (Transportation & Logistics) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Purchase requisitions are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations | Manual accruals are not properly authorised (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations |
| Manual accruals are not properly authorised (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations | System edits are not configured to identify invoice inconsistencies (Indirect Goods & Services) | Valuation & Measurement |
| Trend Analysis results are not investigated timely (Direct Materials) | Completeness / Valuation & Measurement | System edits are not configured to identify invoice inconsistencies (Transportation & Logistics) | Valuation & Measurement |
| Trend Analysis results are not investigated timely (Indirect Goods & Services) | Completeness / Valuation & Measurement | Invoices are not properly recorded (Direct Materials) | Valuation & Measurement / Existence & Occurrence |
| Purchase costs are not properly recorded (Direct Materials) | Existence & Occurrence / Valuation & Measurement | Invoices are not properly recorded (Indirect Goods & Services) | Valuation & Measurement / Existence & Occurrence |
| Purchase costs are not properly recorded (Indirect Goods & Services) | Existence & Occurrence / Valuation & Measurement | Invoices are not properly recorded (Transportation & Logistics) | Valuation & Measurement / Existence & Occurrence |
| Purchase costs are not properly recorded (Transportation & Logistics) | Existence & Occurrence / Valuation & Measurement | Journal entries are inaccurate (Direct Materials) | Valuation & Measurement |
| Data transfer between or within system is inaccurate (Direct Materials) | Existence & Occurrence / Valuation & Measurement | Journal entries are inaccurate (Indirect Goods & Services) | Valuation & Measurement |
| Data transfer between or within system is inaccurate (Indirect Goods & Services) | Existence & Occurrence / Valuation & Measurement | Journal entries are inaccurate (Transportation & Logistics) | Valuation & Measurement |
| Data transfer between or within system is inaccurate (Transportation & Logistics) | Existence & Occurrence / Valuation & Measurement | Journal entries are incomplete (Direct Materials) | Completeness |
| Data transfer between or within system is incomplete (Direct Materials) | Completeness | Journal entries are incomplete (Indirect Goods & Services) | Completeness |
| Data transfer between or within system is incomplete (Indirect Goods & Services) | Completeness | Journal entries are incomplete (Transportation & Logistics) | Completeness |
| Data transfer between or within system is incomplete (Transportation & Logistics) | Completeness | Journal entries are not properly authorized (Direct Materials) | Rights & Obligations |
| Account balances are inaccurate (Direct Materials) | Valuation & Measurement | Journal entries are not properly authorized (Indirect Goods & Services) | Rights & Obligations |
| Account balances are inaccurate (Indirect Goods & Services) | Valuation & Measurement | Journal entries are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Rights & Obligations |
| Account balances are inaccurate (Transportation & Logistics) | Valuation & Measurement | Trend Analysis results are not investigated timely (Direct Materials) | Completeness / Valuation & Measurement |
| Account balances are incomplete (Direct Materials) | Completeness | Trend Analysis results are not investigated timely (Indirect Goods & Services) | Completeness / Valuation & Measurement |

ANEXO 3 - MODELO DE CONTROLES SOX DELTA S.A.

| L3 Risk Description | Control Title Proposal_English Language (IA) | Control Description_English Language (IA) |
|---|--|--|
| Changes to supplier payment terms and conditions are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Suppliers data base management | The inclusions and exclusions of Suppliers (manually) as well as modifications in the corporate name, address and VAT fields are made by the department of Suppliers Risks Management through SAP using a specific form called Supplier Registration (available in Fiat website named "Interativa") which must be filled in and signed by the requester department. |
| Vendor master file changes are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Suppliers data base management | The inclusions and exclusions of Suppliers (manually) as well as modifications in the corporate name, address and VAT fields are made by the department of Suppliers Risks Management through SAP using a specific form called Supplier Registration (available in Fiat website named "Interativa") which must be filled in and signed by the requester department. |
| Vendor master file changes are not properly authorized (Transportation & Logistics) | Super User IDs Control 3a - ICT Super User IDs monitoring (LATAM - PBO) | According to "Fiat Group Policy over Super user-IDs", ICT department keeps the evidences of the business/accounting requests referred to changes to production data and the related confirmation. The process owner verifies the correctness of the change (activity performed) and provides feedback to ICT Department, in case of anomalies. |
| Vendor master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | SAP kernel: Supplier master data un-changeable in case of open payment proposals | A SAP kernel control does not allow changes to the Supplier masterdata (for example: change the supplier Bank sort codes) if there are any items of that Supplier linked to a payment proposal (the user has to cancel the payment proposal before changes to the supplier masterdata are permitted). |
| Vendor master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | SAP kernel: mandatory insert of "Partner Company" in the Master Data (Table YKE_FITIPOPAR) | By parametering the table YKE_FITIPOPAR, SAP kernel allows to verify the mandatory inclusion of the "Partner Company" in the masterdata in order to identify third party Suppliers and/or the Companies of the Group (Chart of Control code). |
| Vendor master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | SAP kernel: coherence check between Participation type/account (Table YKE_FITIPOPAR) | By parametering the table YKE_FITIPOPAR, SAP kernel allows to perform a coherence control between Participation type/account activated only if the Sector decides to insert the account in the table. The mandatory control defined in table YKE_FITIPOPAR works both in creation and modify of Vendor master data. |
| Vendor master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | SAP kernel: partner Company codes update (Table T880) | The update of the trading partner codes (T880 table) is done through Change Request (CR) monthly created by Kernel on the basis of Fiat Group Chart of Control updates. |
| Vendor master file is inaccurate (Transportation & Logistics) | SAP kernel: customizing SAP Kernel referred to "Gruppo Conti modello" | The Kernel provides the Accounts Group model (eg. KK10) with "Field Status Group" that requires by customizing the insert of the reconciliation account. Sectors must create their Account Groups as a copy; the controls of the Sector can be only more restrictive. The mandatory control defined in the "Field Status Group" works both in creation and modify of Vendor master data. |